

# ECONOMIA - Brasil Turbulências à vista

5 AGO 1985

por Celso Pinto  
de São Paulo

O presidente José Sarney está enxergando à sua frente um céu de brigadeiro, como disse nesta semana, mas em alguns gabinetes de Brasília teme-se um acúmulo próximo de turbulências.

Quem está otimista, como o presidente, olha, em geral, o comportamento recente do setor privado e o nível de emprego. Quem está preocupado coleciona as contas do setor público.

A esta altura, não há mais razões para reclamar da falta de um plano de vôo. O presidente anunciou à Nação, em grossas linhas, o que quer. Alguns gostaram, outros não, mas o Planalto ganhou o benefício da dúvida. Pode ser difícil conjugar a manutenção do ajuste externo, o ataque aos desajustes internos, algum controle da inflação e a manutenção de um crescimento mínimo de

5 a 6% ao ano. Mas este é, pelo menos, um enunciado compatível com o projeto de transição democrática.

O problema não é também a falta de um mínimo de consistência técnica neste roteiro. Fala-se em tranquilidade externa porque há indicações sólidas nesta direção, e é este trunfo, em boa medida, que sustenta a projeção de crescimento. De outro lado, quando se promete uma taxa razoável de expansão econômica, ninguém agrava estimativas de que a inflação despencará. Sabe-se que os ganhos nos preços serão pequenos.

O flanco vulnerável é o do ataque aos desajustes internos e, principalmente, a necessidade de um mínimo de densidade na base de apoio político para executá-lo. Tem havido um perigoso divórcio entre a dureza do que tem sido escrito nos planos da área econômica e a prática dos políticos — dentro e fora do

Ministério — que, teoricamente, deveriam ajudar a sustentá-los. O fato é que, do caso Sul Brasileiro ao episódio da greve na Previdência (com a promessa de um abono de 20%), o governo tem cedido às pressões. O governo foi muito mais eficaz ao refrear demandas salariais do setor privado do que em sua própria casa.

Engana-se quem alegar que a perda é marginal. O governo prevê gastar em salários da administração direta cerca de Cr\$ 42 trilhões neste ano, e isto significa um salto de 350% em relação aos Cr\$ 9,3 trilhões do ano passado. Já no primeiro semestre, segundo dados do Banco Central, os gastos foram 274% superiores aos do mesmo período de 1984.

No total, somando-se os salários da administração indireta, a conta deverá chegar perto de Cr\$ 80 trilhões neste ano. Como observa um importante colab-

orador do presidente Sarney, este valor torna absurdos os exercícios de cortes nos investimentos públicos. As estatais vão investir cerca de Cr\$ 49 trilhões. Como não há disposição política para cortar gastos com pessoal, e esta conta, ao contrário, tem aumentado generosamente, a compensação acaba sendo feita pelo corte nos investimentos, com prejuízo muito maior sobre o nível de emprego e produção. A diferença de magnitude entre as duas contas torna ainda mais pernoso o acerto.

A arquitetura dos ajustes propostos para o setor público pela Nova República é razoável. Não houve cortes indiscriminados, e sim uma análise mais rigorosa do que pode ser feito com o menor custo possível. Se implementado, o "pacote" não será nem tão tímido nem tão ineficaz como se disse. O que ocorre é que, enquanto a velocidade com que ele tem sido posto em prática é lenta, a aprovação de gastos adicionais, quase sempre por pressões políticas, é rápida e certeira.

Agosto acumulará algumas más notícias. A inflação voltará a pressionar — como era perfeitamente previsível há meses — com a descompressão, parcial, do controle de preços. A defasagem entre a correção monetária e a inflação que, como também já se sabia há meses, irá alargar-se em agosto, tem trazido delicadas movimentações nos fluxos de poupança. Reza-se, em Brasília, para que o governo não seja obrigado a apagar um

(Continua na página 5)

Sábado, 3, e segunda-feira, 5 de agosto de 1985

## • Nacional

### CONTAS PÚBLICAS

# ECONOMIA - Brasil Turbulências

à vista

por Celso Pinto  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

incêndio em um setor explosivo, como o das caderetas de poupança.

Acumula-se, saldos crescentes na balança comercial, mas isto não ajuda a situação do setor público. Como o setor público é o maior devedor externo, exatamente porque foi quem absorveu o maior impacto da crise da dívida externa, o governo é obrigado a endividar-se crescentemente junto ao setor privado, que produz os dólares com suas exportações, para pagar suas contas internacionais.

Pelo cronograma do governo, a esta altura o esforço de controle do setor público já deveria ter começado a aliviar sua pressão sobre o mercado. Ao contrário, em julho o Banco Central bateu novo recorde na colocação de títulos públicos: Cr\$ 7,8 trilhões líquidos, isto é, além das emissões para "rolar" o principal. E isto não impedi um novo salto expressivo, de mais de 12% (comparado a uma inflação de 8,9%), da base monetária.

O ritmo de endividamento do setor público é insustentável e nisto concordam os diagnósticos da esquerda, do centro e da direita. Mais: ele é explosivo e certamente levará a um impasse num prazo não muito longo. Todos sabem disto. Os bancos continuam a comprar papéis públicos, por uma razão muito simples: sua remuneração é tão fantástica, que impede a decisão de simplesmente ignorá-los. De resto, cada um tem sempre a ilusão de que terá a perspicácia suficiente para pular fora desse titulos na véspera do colapso.

Também há concordância de que é preciso aliviar esta pressão do setor público. Um dos pilares do plano de governo econômico do gover-

no é a redução da taxa de juros, de forma a estimular os investimentos privados. Isto não acontecerá se a pressão pública sobre a poupança se mantiver no ritmo atual. Até aí, não se trata de discutir o caráter monetarista ou neokynesiano do diagnóstico.

Há duas saídas rápidas e fáceis para o impasse: um calote externo ou um calote interno. Nos dois casos, o essencial estaria resolvido. Não há, no entanto, disposição para o calote externo.

Como a dívida pública está

concentrada em poucas mãos do sistema financeiro, um calote interno, por sua vez, implicaria estatização do sistema. E isto, como argumenta o assessor governamental, significaria apenas mudança de mãos do mesmo problema.

Se não há espaço para soluções radicais e se o caráter financeiro deste imbróglio torna inútil imaginar que uma recessão poderia eliminá-lo de vez — no ano seguinte, ele reapareceria com vigor quase idêntico —, a única opção é aceitar que este é um acerto para uma década. E, o que é mais importante, começar a operá-lo.

A química que falta é a compreensão política da dimensão da tarefa. O risco é que, a um eventual descontrole razoavelmente prolongado da situação, se siga uma reação, no sentido do aperto indiscriminado, com igual dose de irracionalidade. No passado, isto aconteceu sob a tutela do FMI. A tranquilidade das contas externas torna isto hoje menos provável, mas não menos complicada a tarefa de enfrentar as pressões internas na mesma direção.

O presidente escolheu equilibrar-se entre os extremos. Falta convencer-se de que isto nem dispensa a necessidade de um sólido respaldo político, nem é compatível com o desejo de agradar a todos, sempre.